

## **O Assentamento Ireno Alves dos Santos em Rio Bonito do Iguaçu-Pr: Desenvolvimento Socioeconômico e os Impactos da Política de Assentamentos para a Reforma Agrária**

### **The Settlement Ireno Alves Dos Santos in Rio Bonito do Iguaçu-Pr: Social-Economic Development And the Impacts of the Settlement Policy Towards the Agrarian Reform**

**Elaine Martins Moreira\***

**Resumo:** O presente artigo apresenta os impactos de uma ação de reforma agrária na realidade social do campo brasileiro, a partir da experiência de assentamento realizada no município de Rio Bonito do Iguaçu no estado do Paraná. São apresentados dados referentes aos benefícios econômicos e sociais que esta ação gerou na realidade local, os quais justificam, portanto a viabilidade ainda nos dias atuais desta política como fomentadora de desenvolvimento. Porém atualmente inviabilizada pela consolidação do capitalismo no campo independentemente de sua realização.

**Palavras chave:** Reforma agrária. Assentamento. Desenvolvimento socioeconômico.

**Abstract:** This article presents the impacts of an action for agrarian reform in the social reality in the Brazilian rural area, from the settlement experiment conducted in the municipality of Rio Bonito Iguacu in Parana state. Data relating to the economic and social benefits that this action generated in local reality, which justify the viability of this policy even in current days as a promoter of development are presented. But currently frustrated by the consolidation of capitalism in the countryside regardless of its realization.

**Keywords:** Agrarian reform. Settlement. Social-economic development.

---

\*Doutoranda em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professora assistente na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: elamoreira@yahoo.com.br

## Introdução

Nos dias em que vivemos, mas já desde o final do século XX, a produção realizada pela grande propriedade brasileira é considerada um êxito: os ganhos produtivos obtidos por meio da intensificação do uso de tecnologia em sementes, máquinas, insumos químicos e a expansão das fronteiras agrícolas no território nacional são responsáveis por boa parte da exportação nacional e seus proprietários reverenciados pelos governos brasileiros (neoliberais). O cultivo extensivo de grãos, através da monocultura, alcança todas as regiões do país, do sul ao norte: esta considerada a “última fronteira”.

Conhecido como *agronegócio*, esse modelo produtivo desloca a imagem da grande propriedade rural do latifúndio improdutivo, do modelo arcaico de produção no campo, e se coloca como um setor fundamental para o país, devido a destinação de sua produção à exportação, e aos negócios que gera com a indústria de implementos e insumos agrícolas. Tem revelado, ainda, sua capacidade imediata de adesão às novidades da área - como o uso das sementes transgênicas – tudo visando o aumento da produção. Politicamente este setor conquista apoios para além da tradicional bancada ruralista, usufruindo do discurso de “sustentador da economia nacional”.

É bem verdade que nesta conjuntura, para diversos setores da política e/ou do pensamento nacional, falar em reforma agrária parece coisa totalmente ultrapassada... Será esta uma constatação evidente e irreversível? Ou andar por este Brasil com uma bandeira vermelha reclamando por reforma agrária ainda faz algum sentido? Há ainda viabilidade possível para uma política de reforma agrária? São questionamentos como estes que moveram a pesquisa (que gerou este trabalho), a qual buscou por meio de uma experiência concreta de assentamento analisar os impactos desta na realidade onde se realizou. Ou seja, quais as mudanças efetivadas no município de Rio Bonito do Iguçu/Pr a partir da implantação do Assentamento Ireno Alves dos Santos<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> O texto aqui apresentado decorre da dissertação de mestrado defendida no ano de 2009 pela Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, com o título: “O assentamento Ireno Alves dos Santos no contexto da reforma agrária no Brasil: qual reforma hoje?”, sob orientação do professor Dr. Marildo Menegat.

O que animou fortemente o interesse pelo estudo nesta área foi a intervenção como assistente social nos anos de 2005 a 2006 no referido município o qual conta com a presença de 02 outros assentamentos em seu território; com isso, foi possível observar as mudanças provocadas por estas ações na realidade local, e assim fomentando essa pesquisa. Os dados aqui apresentados foram recolhidos através de pesquisa bibliográfica junto a instituições públicas do município e região, bem como, através das informações “on-line” disponibilizadas por instituições de pesquisa do estado do Paraná e órgãos nacionais<sup>2</sup>.

Considerando tal situação passaremos para o destaque de alguns marcos históricos que expressam como isso aconteceu, antes de apresentarmos os resultados da pesquisa em questão.

## Breves apontamentos históricos sobre a reforma agrária no Brasil

A luta pela reforma agrária é uma questão histórica no Brasil. Em diversos dos chamados países centrais ela foi realizada há alguns séculos, aqui não teve efetivação real e conheceu inúmeras dificuldades. O problema agrário no país se iniciou com a colonização portuguesa e perdura até os dias atuais. A posse da terra que era dos povos indígenas com a chegada dos portugueses foi negada, passando a ser pertencentes à Coroa. Posteriormente estas terras foram distribuídas pelo Rei para domínio de determinadas pessoas, na prática da criação das “sesmarias” - já aplicada com as sesmarias em Portugal – fornecendo os fundamentos para a constituição da propriedade escravagista e latifundiária-, porque poucas famílias foram donatárias das terras (STÉDILE, 1996).

Só em 1850 foi criada a primeira legislação para regular a questão agrária no país. A chamada “Lei de Terras” permitia a propriedade privada da terra, desde que o interessado pagasse à Coroa. Com isso, as pessoas mais abastadas puderam regularizar sua propriedade perante o Cartório de Terras diferentemente dos colonos que não tiveram essa condição, muito menos

<sup>2</sup> Entre elas o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

os negros (libertos poucas décadas depois) puderam adquirir terras. Segundo Moro (2002) a Lei garantiu o controle de vastas extensões de terras, tornando-se um mecanismo de manutenção dos direitos da grande propriedade, mas, além disso, também estabeleceu critérios e medidas que impuseram ao trabalhador livre a submissão à grande propriedade monocultora e exportadora. O ex-escravo não tem outra opção senão sujeitar-se ao latifundiário, este por sua vez, com seu poder impediu a mudança da estrutura de propriedade e conseqüentemente das condições econômicas e sociais do campo.

A reforma agrária realizada em diferentes países tendo em vista a constituição de mercado interno à indústria emergente, ou, no enfrentamento à pobreza rural não ocorreu no Brasil. A discussão sobre a necessidade dessa reforma só teve ênfase no século XX, mais precisamente na metade deste, a partir da eclosão de diversas revoltas camponesas pelo interior do país. Assim sendo, o problema agrário se torna inevitável para o Estado brasileiro.

A existência de imensas áreas de terras sem utilização e a ganância dos grandes proprietários gerou confronto com posseiros e parceiros levando os trabalhadores rurais a reagir com armas na mão. Nas décadas de 40 e 50 são várias as lutas espalhadas pelo Brasil, do sul ao nordeste. Algumas foram mais organizadas e duradouras, outras se caracterizaram como revoltas localizadas e com demandas específicas. Entre as mais expressivas destaca-se as Ligas Camponesas, criada nos 50. Inicialmente lutando pela posse da terra essa organização vai se consolidando pelo nordeste do país com a pauta de uma reforma agrária radical - “na lei ou na marra” (MORISSAWA, 2001, p. 92).

A organização dos trabalhadores na metade do século XX tem repercussão na política do Estado. A década de 60 inicia com um novo governo sob a presidência de Jânio Quadros, entretanto, este renuncia e assume o vice João Goulart que tem vinculação com a esquerda. Com isso a expectativa popular pela realização da reforma agrária é grande. Goulart encampa a luta por “reformas de base”: fiscal, bancária, urbana, administrativa e a reforma agrária. Esta última considerada “o carro-chefe” das reformas. O presidente declara publicamente a iniciativa de sua realização para garantir acesso a terra

à milhões de trabalhadores rurais e encaminha alterações na Constituição Federal para viabilizar sua efetivação.

Mas Jango (como ficou conhecido) tem dificuldades com o legislativo para encaminhar a proposta de Reforma agrária no país, além disso, setores contrários da sociedade se articulam aos militares e promovem no de 1964 o Golpe de Estado, destituindo-o da presidência. A Reforma agrária é vista como um dos principais motivos para o boicote ao presidente somada ao temor dos militares de que Jango implantasse uma república sindicalista no Brasil (SILVA, 1996).

Com a Ditadura Militar os movimentos sociais e políticos são reprimidos e a reforma agrária retirada da pauta do governo nacional. Se a prioridade da reforma agrária é negada durante a ditadura, outro fator vai movimentar a discussão desta área: trata-se da aprovação do Estatuto da Terra, uma lei pensada no início do período militar, com a qual o governo buscou garantir a modernização da agricultura realizada na grande propriedade, e com isso, enfraquecer a luta dos trabalhadores do campo. Também durante o regime é reformulada a estrutura governamental e criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – existente até os dias atuais.

Apesar de continuar presente na luta popular, a reforma agrária só retoma seu destaque na política nacional com o fim do período ditatorial. As lutas por redemocratização do país contaram com grande participação dos trabalhadores do campo, provenientes de diferentes movimentos em que já se organizavam. Assim, a reivindicação pela reforma agrária cresceu e era alvo de debates no processo de Constituinte. Isso se deve a efervescência de muitas entidades e organizações: partidos, Igrejas, sindicatos – especialmente os sindicatos de trabalhadores rurais – e movimentos sociais, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Entretanto, a Constituição de 1988 não chegou a atender as reivindicações dos movimentos sociais a respeito da reforma agrária, como demonstra o fato de que um dos artigos coloca a propriedade produtiva insuscetível de desapropriação, independente de tamanho, ficando uma lei futura completar a responsabilidade por definir o que é propriedade produtiva,

escapando a possibilidade de avanço da reforma agrária como política pública.

Desde a Constituição as leis não favorecem a luta agrária, dificultando os avanços da área, com um judiciário limitado assim como as leis que aplica, favoreceu os grandes proprietários. Mas, o problema não está só nas leis, o executivo, ou seja, os governos brasileiros nesta década não demonstram nenhuma “simpatia” pela reforma agrária, ao contrário, promovem repressão às lutas nos acampamentos.

Durante os anos que esteve no governo (1994-2002) o presidente da república Fernando Henrique Cardoso – propulsor do neoliberalismo no Brasil - sob “orientação” do Banco Mundial criou uma política agrária denominada “Novo Mundo Rural” a qual propunha, entre outras ações, a compra e venda de terras em substituição a desapropriação, um instrumento legal garantido constitucionalmente. Os interessados em adquirir terras poderiam fazer um cadastro e então receberiam financiamento do governo para tal, sem necessidade de participar de qualquer organização coletiva. Pela proposta os trabalhadores teriam até 20 anos para pagar a propriedade, entretanto os latifundiários receberiam pagamento a vista. Diversos autores apontam a tendência ideológica dessa política e destacam a quem ela favoreceu:

Aumento do valor da terra e pagamento a vista, como forma de premiar o latifúndio.- A compra da terra é feita por associações de trabalhadores, sem autonomia na escolha das áreas. Essas associações muitas vezes são organizadas pelos próprios latifundiários e políticos locais. Inviabilidade econômica, impossibilidade do pagamento dos empréstimos e endividamento dos trabalhadores rurais. As áreas adquiridas, muitas de má qualidade, não reuniram condições de permitir a geração de renda suficiente para o pagamento da dívida. (RESENDE; MENDONÇA, 2004, p. 02).

Além dos problemas citados, o que norteia esta proposta é a tentativa de desmobilização dos trabalhadores sem-terra, os quais, com o MST, vêm alcançando crescimento significativo desde a década de 80; esta intencionalidade fica expressa pelo lema da campanha publicitária do programa, vinculado nos meios de comunicação de massa em todo o território nacional: “*Pra quê romper a cerca,*

*se a porteira está aberta*”. Com isso convocando os cidadãos a se cadastrarem e aguardarem em suas casas para os demais comunicados do programa até chegar ao acesso à terra.

Para os trabalhadores organizados em movimentos sociais não foi apresentada proposta, mas sim repressão: Os confrontos entre *Sem Terras* e polícia, e *Sem Terras* e jagunços, deixam a década também marcada por muitas mortes e prisões de homens e mulheres do campo.

Apesar disso, a organização dos trabalhadores resiste assim como se verá no caso que estudamos no centro sul do estado do Paraná.

### **O início dessa história: o acampamento nas terras da Giacometti Marodin em 1996.**

Com pouco mais de uma década de sua fundação o MST promove uma ação ousada: a ocupação do maior latifúndio do estado do Paraná, com área total aproximada em 86 mil hectares, alcançando o território parcial de quatro municípios da região centro-sul e sudoeste. Pertencente ao grupo Giacometti Marodin também proprietário de uma madeireira localizada neste mesmo espaço<sup>3</sup>.

Para levar a diante uma ação com proporções o Movimento organiza esta que seria a maior ocupação até então realizada: 03 mil famílias ocupam a área na madrugada do dia 17 de abril de 1996, conformando 12 mil pessoas em marcha. A ação é resultado de alguns anos de planejamento interno e dá articulação com organizações parceiras como sindicatos de trabalhadores rurais, partidos, segmentos de Igrejas, entre outros.

Além das dificuldades “normais” de fazer e sustentar um acampamento, sobretudo tão numeroso como neste caso, um grande embate do Movimento se dará na relação com o Estado. O governo federal, em 1996, se ocupava

<sup>3</sup> A Giacometti Marodin é uma companhia madeireira; a maior exportadora brasileira de molduras, painéis e componentes para a construção civil, respondendo por 15% das exportações neste setor. Anterior a ocupação de 1996 possuía área de terras com aproximadamente 86 mil hectares, após isso, este latifúndio teve mais algumas áreas ocupadas pelo MST. Delas resultou o reconhecimento dos assentamentos “Marcos Freire” - com mais de 500 famílias no ano 2000 - e “10 de Maio” com 69 famílias em 2005, ambos em Rio Bonito do Iguaçu; além do assentamento “Celso Furtado” em 2004, com 1500 famílias, no município limítrofe de Quedas do Iguaçu.

com o desenvolvimento da política neoliberal, comandada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso; apoiava a Cardoso, no estado do Paraná, o então governador Jaime Lerner, com política completamente afinada com o neoliberalismo. Em relação ao governo municipal, não é diferente. A chegada dos *Sem Terra* não é bem vista pelo poder público municipal e diversos enfrentamentos se realizaram antes e também depois da criação do assentamento.

No período de acampamento as famílias precisam da solidariedade de entidades e organizações parceiras - manter uma ocupação demanda além de organização política - a satisfação das necessidades mais básicas de todo ser humano. O MST conta com o apoio e doações de famílias assentadas, de outras organizações solidárias, bem como, organiza uma escala de liberação das famílias acampadas (principalmente dos homens) para realizar trabalhos fora do acampamento visando contribuir no sustento dos acampados.

A ocupação realizada em abril de 1996 tem grande repercussão inclusive na imprensa devido ao grande número de pessoas que mobilizou e à extensão da área em questão. Deste momento até a constituição do assentamento pode-se afirmar que o processo teve andamento ágil, especialmente se comparado a outros acampamentos aonde os *Sem Terra* chegam a esperar por meia década, ou mais, por uma decisão do INCRA sobre sua área. Pouco antes de 02 anos transcorridos da ocupação 934 famílias conquistam a terra.

### **A constituição do Assentamento Ireneo Alves dos Santos no município de Rio Bonito do Iguaçu.**

Instituído em 1998 o Assentamento Ireneo Alves dos Santos resulta na desapropriação da área e 934 famílias obtém terra, em regime de posse, conforme informações do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA/INCRA. Segundo informações do mesmo órgão Rio Bonito do Iguaçu é o município do Paraná com o maior número de assentados. Estes, a cada ano produzem em média 500 mil sacas de milho, 50 mil sacas de soja, 50 mil sacas de feijão, 10 mil sacas de arroz, 24 mil litros de leite por dia, chegando a 880 mil litros por ano. Criam em média 20 mil animais entre: suínos, bovinos e aves, para comercialização e consumo próprio.

Os assentados conquistaram créditos junto ao governo federal para investir nos lotes e estruturar os assentamentos. Mais de 2 milhões de crédito fomento e alimentação, cerca de 4 milhões de crédito habitação e aproximadamente 13 milhões de Investimento do Procefa - Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária e Pronaf - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – boa parte desse montante circula na economia local.

A arrecadação pública recebida pelo município como veremos adiante, bem como outros números, refletem o desenvolvimento os benefícios das famílias que tiveram acesso a terra, sobretudo os relacionados a educação e a saúde: nestes anos os assentados conquistaram 10 escolas de educação infantil, fundamental e ensino médio: são 06 escolas de municipais de 1ª a 4ª série, 04 escolas de ensino fundamental 5ª a 8ª série, duas escolas de ensino médio que funcionam conjuntamente com o ensino fundamental.

Na área de saúde possui 02 postos de saúde e cobertura total de pessoas atendidas pelo Programa Saúde da Família – PSF, com agentes de saúde e grupos organizados que tem em seus encontros a preocupação com a saúde, sobretudo grupos de mulheres organizados nas diferentes comunidades.

O assentamento contou ainda com estradas para escoamento da produção, eletrificação rural e uma reserva ambiental garantida no ato da desapropriação. Depois de onze anos de história a área está consolidada e muitos dos jovens, filhos de assentados, participam de ocupações para conquistar, também eles, um pedaço de terra. Pois cada parcela da área desapropriada pelo INCRA é insuficiente para a sobrevivência de mais que uma família, por isso o jovem busca também alcançar o seu lote ao exemplo dos pais.

A seguir destacam-se as principais mudanças proporcionadas ao município após a constituição do assentamento.

### **Os impactos socioeconômicos no município de Rio Bonito do Iguaçu após a constituição do assentamento**

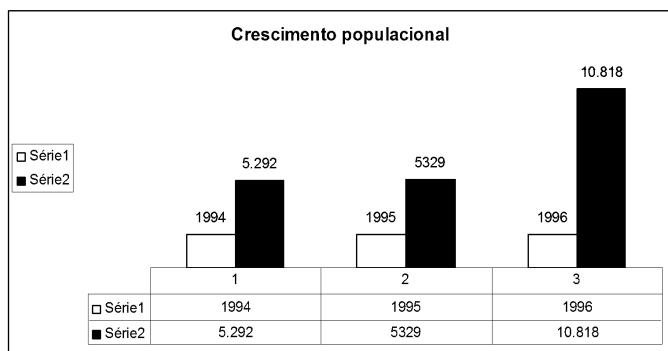
A ocupação realizada no município de Rio Bonito do Iguaçu no Paraná gera um dos maiores assentamentos de reforma agrária do Brasil. O município que tinha na ocasião apenas 04 anos

de emancipação política cresce de forma considerável a partir da implantação do assentamento: na produção agrícola, no comércio, no acesso a serviços públicos, e obviamente em concentração demográfica.

Literalmente “de um dia para outro” a pequena cidade assiste alarmada a chegada de 03 mil famílias, aproximadamente 12 mil pessoas. Há que se considerar inicialmente a ausência de infraestrutura e de serviços públicos para incorporar essa população. Contudo, passada a calamidade dos primeiros tempos, a ousadia dos novos moradores vai gerar aumento de investimentos federais e recursos de custeio para o município; demanda de trabalho para diversos profissionais, incremento na produção e no consumo de produtos manufaturados, conforme se verá a seguir.

O assentamento gera um aumento populacional muito significativo conforme aponta o gráfico abaixo.

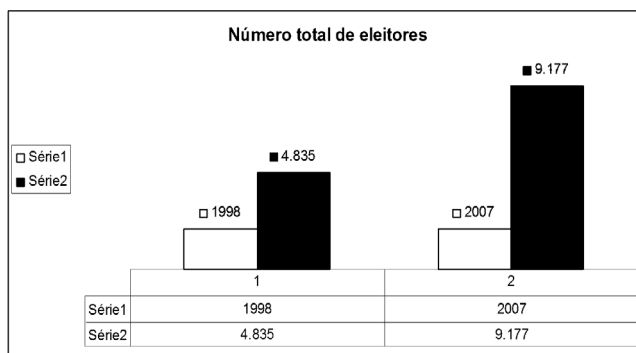
**Gráfico 1.**



**Fonte:** Datasus.

Situação parecida se verifica em relação ao número de eleitores do município, de 1998 para 2007 o número cresce em mais de 100%. Os dados utilizados se referem a anos mais recentes; há uma demora com a transferência do domicílio eleitoral da nova população, mas está ratificado o crescimento exponencial que o assentamento gerou para o município.

**Gráfico 1**



**Fonte:** IPARDES.

Como podemos observar no gráfico a seguir, mesmo diante dos transtornos iniciais para atender o novo contingente populacional, os indicadores sociais apresentam crescimento considerável após a constituição do assentamento. Todas as variações do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) se elevam; o IDHM educação e renda são os que têm evolução mais significativa.

**Tabela 1.**

1991			
IDHM Geral	IDHM Longev.	IDHM Educação	IDHM Renda
0,607	0,654	0,674	0,493
2000			
IDHM Geral	IDHM Longev.	IDHM Educação	IDHM Renda
0,669	0,675	0,759	0,573

**Fonte:** PNUD/IPEA/FJP

A estrutura fundiária obviamente tem o maior impacto: uma única propriedade passa a possuir diversos posseiros (isso porque os assentados não têm título definitivo de propriedade da área). Na tabela abaixo podemos ver que o município de Rio Bonito do Iguazu possuía em 1996 um total de 756 estabelecimentos rurais, os quais estão diferenciados de acordo com a produção predominante.

**Tabela 2.**

## Estabelecimentos agropecuários por atividades econômicas

Atividades Econômicas	Estabelecimentos
Horticultura	6
Lavoura permanente	10
Lavoura temporária	582
Pecuária	43
Pesca e aqüicultura	1
Produção mista	111
Silvicultura e exploração florestal	3
Total	756

Fonte: IPARDES (1996)

Com a implantação do assentamento são mais 934 estabelecimentos rurais novos, situação que muda substancialmente os recursos e financiamentos que circulam pelo município com aumento superior a 100 por cento.

Fato semelhante ocorre também na arrecadação pública: antes do assentamento as receitas municipais giravam em torno de 600 mil reais ao mês, no ano de 2006 elas somam mais de 01 milhão e meio de reais, um total anual de 19.399.572,37, de acordo com as informações do IPARDES.

O comércio também tem um impulso importante. São milhares de pessoas consumindo gêneros alimentícios, produtos farmacêuticos, insumos para a agricultura e pecuária e necessitando de material para construir suas casas. Isso gera um crescimento do setor comercial bem como abertura de bancos oficiais, cartório, etc.

E também um acréscimo na geração de novos postos de trabalho na cidade. Segundo as informações do Ministério do Trabalho no município de Rio Bonito do Iguaçu consta 759 pessoas trabalhando com carteira assinada: 443 dentre elas são funcionárias da administração pública. Além deste setor, se destacam os setores empregadores: do comércio atacadista, do varejista, e o setor de serviços.

**Tabela 3.**

## Estabelecimentos e empregos segundo as atividades econômicas

Atividades econômicas	Empregos
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	06
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	16
Indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico	07
Comércio varejista	143
Comércio atacadista	48
Instituições de crédito, seguro e de capitalização	07
Administradoras de imóveis, valores mobil., serv. técn. profis., aux. ativ. Econômica	01
Transporte e comunicações	05
Serviços de alojamento, alimentação, reparo, manutenção, radiodifusão e televisão	49
Serviços médicos, odontológicos e veterinários	02
Ensino	02
Administração pública direta e indireta	443
Agricultura, silvicultura, extração vegetal e pesca	30
	Total 759

Fonte: (MTE – RAIS) / IPARDES.

Se o argumento em relação a baixa renda dos assentados tem sido utilizado constantemente para negar a viabilidade dos assentamentos, a própria geração de empregos tem rebatido tal negação. No caso do “Ireno Alves dos Santos” são aproximadamente 3 mil empregos diretos. Cada família assentada representa em média três novos empregos no campo. Entre os empregos indiretos, se destaca a geração de empregos públicos, e neste caso aproximadamente 140 empregos só para trabalhadores da área de educação e saúde que, efetivamente, atuam no assentamento.

#### Empregos

Área	Empregos
Trabalhadores da Educação municipal	82
Trabalhadores da Educação estadual	41
Trabalhadores da Saúde (PSF)	20
Total: 143	

**Fonte:** Prefeitura Municipal; Núcleo Regional de Educação de Laranjeiras do Sul, 2008

Nestes números não estão contabilizados postos de trabalho para motoristas e outros profissionais que atuam nos setores de infra-estrutura e obras, ou ainda, empregos gerados no perímetro urbano em estabelecimentos comerciais criados a partir da demanda dos novos moradores.

Diante disso constata-se que os quase 150 empregos públicos gerados exclusivamente para trabalho no assentamento representam mais de 30% dos empregos não agrícolas existentes no município. Este é mais um número que reflete o crescimento do município após a conquista da área pelos *Sem Terra*. Com esses dados percebem-se os benefícios gerados pelo assentamento nos aspectos econômicos, sociais e políticos para o município de Rio Bonito do Iguçu.

Entretanto ainda há resistências e tensões. Os benefícios suscitados pela ocupação não são compreendidos por boa parte da população riobonitense, desta forma, ocorre uma divisão entre setores contrários e favoráveis ao MST e aos assentados. O mesmo ocorrendo com as agrupações políticas. Até os dias atuais o preconceito contra os “*Sem Terra*” pode ser detectado.

Durante os 02 anos de trabalho no município, essa percepção adquiriu uma forma mais nítida: há um temor em relação aos assentados, como se estivessem organicamente ligados à violência. Por isso, são raros os casos de integração entre as comunidades rurais de assentados e não assentados no interior do município.

Destarte, queremos ressaltar que mesmo com resultados positivos para o desenvolvimento local a experiência de Rio Bonito do Iguçu, assim como em diversos outros projetos de assentamento realizados no Brasil, não significa que esteja sendo feita a reforma agrária no país, nem tampouco que esta seja a realização da política pensada pelos movimentos sociais, entre eles o MST.

Apesar de o assentamento ser decorrente da luta promovida por este movimento social, a partir de sua institucionalização pelo órgão de colonização do governo federal (INCRA) perdendo-se a autonomia que todos possuíam no acampamento; de fato as famílias, para receber a posse da terra, precisam adequar-se às condições da política efetivada pelo governo, ou seja, ao crédito disponível, a extensão da terra, e até mesmo, o projeto arquitetônico da futura habitação determinado pelo órgão estatal.

Essa consideração se faz necessária devido ao fato de que constantemente a precariedade dos assentamentos, seja em termos de infraestrutura ou mesmo de insuficiência de renda dos assentados, é atribuída a organização do MST, a conhecida acusação de que o movimento cria “favelas rurais”, como se dependesse exclusivamente deste a melhoria de vida dos trabalhadores, quando na realidade a situação dos assentamentos depende da efetividade da política pública de reforma agrária e da relevância, ou não, recebida pela mesma na gestão social do Estado.

É bem verdade que quaisquer políticas públicas de participação, fiscalização e controle social dos cidadãos promovem maior efetividade, democratização do acesso e aplicação adequada dos recursos a ela destinados, mas, nesta política, especificamente, não é correto declarar que a lentidão da reforma agrária decorra da falta de atuação, pressão e participação do MST e dos movimentos sociais em geral.

É bem visível que a realização do assentamento suscita resultados importantes para a



melhora das condições de vida e de trabalho das famílias, bem como, para o desenvolvimento local. Às famílias viabiliza o acesso a terra, a moradia, a educação, a saúde, ao crédito, a bens e produtos, direitos sociais e serviços públicos até então inacessíveis a esta população. Constitui-se ainda, em um espaço diferenciado de construção de uma identidade coletiva, de organizações internas, que continuam a defender seus direitos junto aos governos municipal, estadual e federal, e, além disso, passam a ser vistos enquanto sujeitos sociais e políticos.

Os assentamentos alteram a estrutura agrária local, dinamizam economicamente (financeira e comercial) e politicamente a região que circunda seu território, demandam uma diversidade de políticas públicas e sociais que são incorporadas à administração municipal, aperfeiçoando e ampliando o alcance dos serviços sociais.

Medeiros e Leite (1999), através do estudo da formação de diversos assentamentos rurais no Brasil, analisam que os assentamentos produzem resultados bastante significativos: em quase todos os casos estudados (disponíveis em livro) registra-se a presença de práticas associativas relacionadas a produção e comercialização. Desde a experiência mais rígida de cooperação, particularmente significativa no Rio Grande do Sul, emergem formas organizativas articuladas em pequenos grupos, por identidade de local de origem, parentesco ou mesmo vinculação política.

Faz-se necessário ressaltar, contudo, que não se tem registro até o momento de um projeto público nacional de reforma para o campo brasileiro. Desse modo, estas experiências locais não conseguem repercussão ou mudança para a estrutura fundiária e agrária do país, apesar de significativas no espaço sócio-territorial em que se inserem.

Os assentamentos têm sido um paliativo destinado a responder imediatamente aos conflitos protagonizados no campo entre *Sem-terras* e grande proprietários, realizados de forma extremamente lenta e burocratizada, justamente ao contrário do que deveria ser com uma reforma massiva e rápida. Essa condição perdura no Brasil e tem sido a política adotada pelos governos desde os militares e que permanece até o atual, com alguma diferenciação entre eles em relação a intensidade dessa política.

No mesmo sentido Medeiros e Leite (1999) reconhecem a expansão dos projetos de assentamento a partir dos anos 1980, porém, afirmam que este fato está longe de significar um processo de reforma agrária, visto que está submetido a lógica predominante nos distintos governos, a qual objetiva inibir tensões sociais, não sendo desenvolvida no sentido de transformar a estrutura agrária do país.

Segundo Fernandes e Stédile (2005) apesar dos movimentos sociais terem conquistado o assentamento de mais de 300 mil famílias no país nos últimos anos o processo de concentração da terra continua aumentando.

### **O trato concedido à reforma agrária pelos governos petistas**

Após a marcante hegemonia da ideologia neoliberal consolidada na década de 1990 no Brasil, a eleição em 2002 de Luis Inácio Lula da Silva significou uma resposta do povo brasileiro no sentido da afirmação de uma expectativa por mudança social e política no país. Um dos pilares de seu programa de governo “Um Brasil para Todos” era a realização das “reformas necessárias” para mudar a situação do país, entre elas, a reforma agrária.

O caminho das reformas estruturais que de fato democratizem e modernizem o país, tornando-o mais justo, eficiente e, ao mesmo tempo, mais competitivo no mercado internacional. O caminho da reforma tributária, que desonere a produção. Da reforma agrária que assegure a paz no campo. Da redução de nossas carências energéticas e de nosso déficit habitacional. Da reforma previdenciária, da reforma trabalhista e de programas prioritários contra a fome e a insegurança pública (SILVA, 2002, p. 01-02).

Entretanto, a reforma agrária não teve encaminhamento de imediato. Mesmo com apoio recebido pelos movimentos sociais na campanha eleitoral, o governo Lula não tinha “pressa” na implementação de políticas dirigidas a enfrentar o problema agrário. Ao final do primeiro ano de mandato a equipe ainda discutia a elaboração do Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA. Quando pronto o Plano parte da histórica constatação de que a reforma agrária, no caso do Brasil, é mais do que um compromisso “Ela é

uma necessidade urgente e tem um potencial transformador da sociedade brasileira. Gera emprego e renda, garante a segurança alimentar e abre uma nova trilha para a democracia e para o desenvolvimento com justiça social” (BRASIL, 2003, p. 05).

O II PNRA tem metas ousadas, como por exemplo, o assentamento de 400 mil famílias em 04 anos, e 01 milhão no total, incluindo aquelas assentadas com o crédito fundiário e regularização fundiária. Conforme o texto do plano, a visão de reforma agrária do governo Lula é ampliada: ela contempla as diversidades regionais, de gênero, as comunidades tradicionais, as populações ribeirinhas e atingidas por barragens. Deste modo a realização da reforma é vista como fundamental para o desenvolvimento sustentável do país.

Todavia analisando o mandato de Lula é inevitável a constatação de que seu governo não tem compromisso em realizar a reforma agrária. Além disso, seguiu a orientação técnica herdada de FHC para maquiar os números relativos a esta política. De acordo com os números oficiais foram assentadas no primeiro mandato do governo Lula 381 mil 419 famílias. Este número segue a metodologia do governo anterior, e é obtido por meio da soma das famílias assentadas conforme a Relação de Beneficiários, as RBs. O que ocorre é que esta relação não congrega apenas ações de assentamento de novas famílias, mas também regularização e reordenação fundiária. Ou seja, as quase 400 mil famílias divulgadas como beneficiadas pelo governo não significam necessariamente a criação de novos projetos de assentamento.

Segundo Oliveira (2009) desagregando os dados das RB's chega-se ao número de famílias beneficiadas em novos assentamentos, e este, está muito abaixo da meta do II PNRA: entre 2003 e 2007 o governo assentou 163 mil famílias, menos de 50% do que havia se comprometido. Regularizou a situação fundiária de 113 mil famílias quando o compromisso do Plano era de 500 mil famílias. As demais referem-se a reordenação e regularização em assentamentos antigos e até mesmo re-assentamento de famílias atingidas por barragens.

E as limitações continuaram: a legislação com a atualização dos índices de produtividade das terras não foi alterada; o governo federal em

2005, através do Ministério de Desenvolvimento Agrário, chegou a se manifestar preocupação com a defasagem histórica dos índices, mas não teve êxito devido a discordâncias com o Ministério da Agricultura. No Congresso Nacional a representação dos interesses dos grandes proprietários feita por segmento significativo de parlamentares conserva as leis tal como estão. A alteração do índice de produtividade das terras poderia significar a realização de novos assentamentos, ou mesmo, a diminuição dos custos das áreas que são negociadas pelo INCRA. A alternativa então é comprar as áreas, o que encarece o processo.

Não obstante, quando chega ao poder Judiciário este processo ainda pode ser retardado, a aplicação imediata da lei não ocorre e os proprietários têm todas as chances para provar que a terra é produtiva ou mesmo atravancar o processo apenas, ocorrem casos onde um processo fica, até quatro anos, emperrado por recursos judiciais.

A adesão política e econômica do governo aos interesses da classe capitalista é evidente. Os investimentos públicos da agricultura estão voltados para fortalecer o agronegócio, setor em expansão que tem sido responsável pela produção voltada para a exportação e investido na plantação de vegetais que sejam convertíveis em combustíveis. Por outro lado, a pequena agricultura (incluindo as famílias assentadas), que tem recebido porcentagem mínima dos recursos públicos para agricultura, é composta por 85% dos agricultores brasileiros (19% da população total do país, mesmo com o êxodo rural das últimas décadas) e responde por 37,9 % do PIB nacional. É responsável também por 77% dos empregos rurais e pela maioria da produção de alimentos: 67% do feijão, 84% da mandioca e cerca de 50% do milho, suínos, aves, ovos e 70% da produção leiteira (ANDRIOLI, 2003).

Segundo o IBGE o campo emprega 17,9 milhões de pessoas, 86 % destes trabalhadores rurais operam em propriedades de até 50 hectares e de cada 10 trabalhadores rurais, oito estão na produção familiar, enquanto a média propriedade absorve 10,2% e a grande apenas 2,5%. Mesmo assim a pequena agricultura recebe uma parcela inexpressiva dos recursos públicos investidos na área, para demonstrar isso utilizamos os números das safras 2007/08,

divulgados pelo Jornal Valor Econômico: 8.179 bilhões de reais entre custeio, investimento e outros créditos enquanto o agronegócio recebeu 65.065 bilhões de reais.

Esses números, só vêm ressaltar, a afirmação de Oliveira (2009) segundo o qual o governo Lula conscientemente “aderiu ao agronegócio” e, para, além disso, implementou as políticas estatais de acordo com os interesses deste setor, seja a política econômica, social, agrícola e, em particular, a não efetivação de uma política nacional de reforma agrária. Em detrimento da elaboração histórica dessa política nos programas de governo de suas candidaturas presidenciais e nas linhas programáticas do Partido dos Trabalhadores<sup>4</sup>.

Apesar da reforma agrária constar no Programa de governo de sua reeleição, como um projeto a ser realizado de forma ampla, massiva, com qualidade e ainda, como parte fundamental de um novo projeto de desenvolvimento nacional, a atuação do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) a partir de 2007 está dirigida por outro programa denominado “Territórios da Cidadania”, sob responsabilidade do MDA. Seus objetivos: a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, redução das desigualdades sociais e “promoção de um desenvolvimento harmonioso e sustentável”. O programa se caracterizou por ações interministeriais, com a definição de territórios prioritários e tendo como meta o alcance de 120 territórios ao final de 2010. Para fazer a composição destes, utilizou critérios como: menor IDH, maior concentração de famílias assentadas, presença de populações indígenas e quilombolas, maior incidência de famílias atendidas pelo programa Bolsa Família, municípios considerados de baixo dinamismo econômico e com organização social.

Sob os dois mandatos de Lula a pauta da realização da reforma agrária, não tem avanço. O argumento utilizado para dar alguma resposta aos movimentos sociais se sustenta no discurso sobre o investimento na qualidade dos assentamentos e no uso dos números das RBS. Contudo, pesquisadores da Universidade

Estadual de São Paulo (UNESP)<sup>5</sup>, ligados ao Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos em Reforma Agrária desmistificam os números das RBS relativos aos anos 2003 a 2005 e demonstram que apenas 25% das famílias assentadas pelo governo foram em áreas de desapropriação.

Em vista disso, qual a postura dos movimentos sociais? O MST, o principal deles, apesar da ligação histórica com o PT e Lula, se manifesta por meio de críticas duras aos resultados obtidos na área e reivindicando medidas mais consistentes por parte do governo. Ao mesmo tempo sugerindo que a tomada de medidas mais efetivas, contará com apoio do Movimento.

Transcorridos os dois primeiros mandatos do PT o que se evidencia no governo Dilma? A nova gestão vem consolidando a ausência da política de reforma agrária - já expressa por seu antecessor. Entretanto, diferentemente do início da gestão petista, na atual conjuntura já não é mais possível que os movimentos sociais do campo tenham “esperança” na reversão do trato dispensado a questão agrária: devido, a permanência da estrutura fundiária extremamente concentrada sob domínio de um pequeno número de proprietários; e, agravando esse quadro, os índices decrescentes de famílias assentadas a cada ano pelo governo federal.

Apesar de ainda registrar em alguns materiais de campanha propostas relacionadas a reforma agrária, como no documento intitulado “13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff” o que vem se confirmando na execução de seu governo não é nada animador. Conforme dados do próprio governo<sup>6</sup>, no ano de 2011 – primeiro ano do governo Dilma - foram assentadas 22.021 famílias. É o menor número desde 1995, onde se iniciou a contabilização anual, com 42.912 famílias assentadas, sendo também o primeiro ano de mandato do presidente

<sup>4</sup> Os distintos programas de governo encontram-se disponíveis on-line em: [www.novofpabramo.or.br](http://www.novofpabramo.or.br).

<sup>5</sup> O Núcleo desenvolveu um Banco de Dados da Luta pela Terra (Dataluta) que acompanha a criação de assentamentos nos municípios. A proposta do Banco de Dados é reunir dados confiáveis e acessíveis sobre a reforma agrária, devido a dificuldade que o poder público tem de expor estas informações ou de facilitar o acesso e conhecimento para os cidadãos.

<sup>6</sup> A planilha com esses números detalhados a partir de 1994 é possível acessá-la através do sítio do INCRA <[www.incra.gov.br](http://www.incra.gov.br)> no setor de “números da reforma agrária”.

Fernando Henrique Cardoso. Em 2012 o INCRA divulgou o assentamento de 23.075 famílias que, além de um crescimento inexpressivo confirma a direção dada à política agrária pela gestão atual.

Esses dados são ilustrativos do tratamento concedido pelos governos petistas à reforma agrária: a realidade tem demonstrado uma clara negativa da realização de uma política pública que trate de enfrentar a desigualdade ainda presente no campo brasileiro. Não obstante, esta direção política não se deu apenas em relação à questão agrária. A política econômica também continuou, e aprofundou, diretrizes neoliberais já implementadas por FHC, rebatendo no retraimento do investimento do Estado em outras áreas, como o caso da seguridade social.

Fazer frente ao neoliberalismo é uma condição primordial para os trabalhadores que têm como objetivo fazer frente ao regime do capital. Segundo Mauro (2007) não se trata de um projeto político passageiro, senão que representa uma nova etapa do capitalismo monopólico para enfrentar a organização da classe trabalhadora.

Podemos afirmar que o neoliberalismo não é uma simples política de governos ou de certos monopólios, mas uma nova realidade estrutural, de longa duração, que não poderá ser revertida sem grandes transformações radicais. É, enfim, um novo ciclo de expansão capitalista com um custo social, ambiental e econômico muito alto para a classe trabalhadora. Esse modelo não permite alternativas, não permite a alteridade, sem uma ruptura profunda com todo o sistema. (MAURO, 2007, p. 117-118).

O capitalismo em sua fase neoliberal mais do que em outros períodos impossibilita a soberania dos países, as burguesias nacionais não estão absorvidas pelos grandes conglomerados dos países centrais. Para Netto (2008) o cenário real de barbárie vivido na sociedade contemporânea não é um “azar da história” ou “desvio de seu itinerário pré-estabelecido” é sim, resultado do modo de produção e distribuição das riquezas sociais.

Esse modo de organização, a prosseguir sem reversão, reproduz uma modalidade de crescimento econômico que não é apenas destrutiva no que toca às relações sociais: é destrutiva até mesmo do ponto de vista dos ecossistemas, conduzindo a humanidade à beira do colapso, com a possibilidade da catástrofe eco-

lógica colocando em risco a sobrevivência da vida no planeta. (NETTO, 2008, p. 05).

Neste sentido urge que a esquerda pense alternativas políticas de aglutinação de forças para enfrentar a situação de degradação das condições de vida, materiais e espirituais, a que estão submetidos trabalhadores do campo e da cidade.

Também neste ponto nos referenciamos em Mauro (2007) quando diz que as forças sociais que fazem a luta contra a ordem do capital podem e devem adotar ações reivindicativas por políticas públicas que busquem melhorar a vida das pessoas. Inclusive os acampamentos e assentamentos não devem ser vistos isoladamente, mas inseridos nas relações sociais presentes no território que os abriga.

Ao redor dos assentamentos existem outros setores do campo, como pequenos agricultores, pescadores, quilombolas, etc., bem como trabalhadores urbanos. Todos esses atores da classe trabalhadora estão interessados em políticas públicas e, se motivados, poderão lutar e se organizar, muito mais que hoje [...]. Poderá se afirmar que a disputa por políticas públicas é uma luta economicista e imediata, o que pode ser verdadeiro, se ficar restrita a isso. Mas será na disputa por melhorias das condições de vida, por políticas públicas progressistas, que poderemos mobilizar, elevar o nível de consciência do povo e ajudar a organizar o poder popular no município. (MAURO, 2007, p. 129-130).

Na sociedade atual cabe fazer o exercício da “democracia popular”, solidária e participativa, buscando a construção da consciência de classe, pois o “poder popular” é um aprendizado que deve se manifestar cotidianamente nas escolas, nas famílias, nas relações entre militantes e nas estruturas organizativas; em todos os espaços devem-se forjar esses valores e essa cultura (MAURO, 2007).

## Considerações finais

A reforma agrária no Brasil não se consolidou como uma política pública prioritária para os governos brasileiros. Os assentamentos, que poderiam ser considerados “ações de reforma agrária” só ocorrem pontualmente; em determinados territórios onde a pressão social alcança

maior impulso. Isto ocorre em todo o território nacional: a atuação do INCRA se dá em áreas ocupadas pelos movimentos sociais e, mediante disso, exige-se do Estado uma resposta.

Assim se dá também no estado do Paraná. A região centro sul do estado, caracterizada pela existência de diversos assentamentos rurais, é exemplo dessa situação. A experiência realizada no município de Rio Bonito do Iguaçu/PR está inserida no contexto das ações paliativas promovidas pelos diferentes governos brasileiros no período posterior à reabertura democrática, e só existente, em decorrência da pressão social. Mesmo sendo uma área de grandes proporções geográficas o Assentamento Ireno Alves dos Santos não deixa de ser mais um ato do governo para amenizar o conflito agrário, já que não se insere numa política pública efetivada em âmbito nacional. Em vista disso, e do percurso até aqui destacado, considera-se que:

A constatação do caráter restrito das ações de assentamento não deslegitima a luta dos sujeitos dessa história, tampouco, os resultados socioeconômicos dela derivados: para as famílias assentadas, no campo do acesso a direitos sociais como saúde, educação, moradia, trabalho, bem como, para o território em que localiza com o incremento de habitantes, empregos, atividades econômicas, ampliação de serviços públicos e privados, crescimento do comércio, etc.

Outra questão se refere a base material para a necessidade da reforma agrária: a existência do latifúndio. O que ocorre é que as mudanças incidentes na sociedade brasileira no século XX resolveram o problema do atraso do campo muito questionado até as décadas de 50/60, por meio da “modernização” deslocando a reforma agrária do debate do “desenvolvimento do país” (SILVA, 2001). Com essa “saída” encontrada pela burguesia nacional, apoiada nas orientações internacionais a reforma agrária se cristalizou no Brasil como uma demanda exclusiva da classe trabalhadora, adquirindo, portanto um sentido político de luta de classe.

Apesar das expectativas no período de elaboração da “Constituição cidadã” em 1988, e até mesmo durante o início do governo Lula, a reforma agrária não tem avanços por parte da política do Estado. O que tem confirmado as análises que entendem a reforma agrária no Brasil como uma luta inserida no processo de luta

política anti-capitalista, já que não há espaços para *reformas* no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo.

Em virtude das mudanças programáticas do PT ao longo dos anos 90 - diminuindo a radicalidade do chamado projeto democrático-popular – a “suavização” de seu plano de governo e as amplas alianças que promove para chegar ao Planalto, incluindo partidos liberais, inviabiliza a realização da reforma agrária.

Essa pauta tem ressonância e apoio de setores inexpressivos dentro do governo federal, resultando que as ações relativas a área ficam restritas a minimizar os conflitos agrários e obter alguma adesão dos movimentos sociais.

Por fim, cabe salientar os desafios colocados às forças políticas que se oponham a perenização do capital. Mauro (2007) destaca a necessidade de “entender e estimular as massas” para a participação - desde a luta pela sobrevivência até nos processos políticos estratégicos - e para tanto, cabe a tarefa de fazer o contraponto a ideologia predominante e “propagar a possibilidade de uma nova sociabilidade”.

## Referências

BRASIL. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Governo Federal - Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA/INCRA. Brasília, novembro de 2003.

\_\_\_\_\_. **Plano de consolidação e emancipação dos assentamentos resultantes da reforma agrária**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/MDA). Brasília/DF, 2004.

\_\_\_\_\_. **Territórios da cidadania**. Governo Federal, MDA/INCRA. Brasília, 2008. Disponível em: <<http://www.territoriosdacidadania.gov.br>> Acesso em: 15 de jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Números da reforma agrária**. Governo Federal, MDA/INCRA. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/index.php/reforma-agraria-2/questao-agraria/numeros-da-reforma-agraria>> Acesso em: 15 jan. 2013.

\_\_\_\_\_. **Informações de saúde/DATASUS**. Governo Federal. Ministério da Saúde. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=02>>. Acesso em: dez. 2008.

FERNANDES, M; STÉDILE, J, P. **Brava gente: a trajetória do MST e a luta pela Terra no Brasil.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005, 3.reimpressão.

IPARDES. **Caderno estatístico de Rio Bonito do Iguaçu.** Curitiba, setembro de 2008. Disponível em: <[www.ipardes.pr.gov.br](http://www.ipardes.pr.gov.br)>.

LERRER, D. **Reforma agrária: os caminhos do impasse.** São Paulo: Garçoni, 2003.

MAURO, G. **A dialética das lutas socialistas: o MST e as novas formas de construção do poder popular na América Latina.** Em Pauta, Rio de Janeiro: 2007. Vol. 19 (págs. 107-133).

MEDEIROS, L, S; LEITE, S (Org.). **A formação dos Assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Poá/Rio de Janeiro: Editora UFRGS/CPDA, 1999.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST.** São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MORO, M. **Reforma Agrária e a luta do MST: uma alternativa de inclusão?** Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

MST. **Três anos fazendo história.** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, MST. Rio Bonito do Iguaçu/Pr, 1999. mimeo.

NETTO, J, P. **O Desafio de concretizar direitos numa sociedade globalizada e desigual.** In: XIX Conferência Mundial da Federação Internacional dos Trabalhadores Sociais. Salvador/Bahia, agosto de 2008. Disponível em: <[www.cfess.org.br/conferenciamundial\\_textos](http://www.cfess.org.br/conferenciamundial_textos)>. Acesso em: 20 de jan. 2013.

OLIVEIRA, A. U. de. **O governo dá adeus à reforma agrária.** Controvérsia, 2009.

PNUD/IPEA/FJP. **Atlas do Desenvolvimento humano no Brasil.** Disponível em: <[www.pnud.org.br/atlas](http://www.pnud.org.br/atlas)>.

RESENDE, M.; MENDONÇA, M. L. **A contra-reforma agrária do Banco Mundial.** Disponível em: <[http://www.social.org.br/index.php?option=com\\_content&view=category&id=19&Itemid=19](http://www.social.org.br/index.php?option=com_content&view=category&id=19&Itemid=19)> Acesso em: 02 de jun. 2013.

ROUSSEFF, D. **13 compromissos programáticos de Dilma Rousseff.** Brasil, 2010. Disponível em: <<http://dilmapresidente.blogspot.com.br/2010/10/veja-os-13-compromissos-programaticos.html>>. Acesso em: 02 de jun. 2013.

STÉDILE, J. P.; FREI SÉRGIO. **A luta pela terra no Brasil.** 3. ed. São Paulo: Scrita, 1996.

SILVA, J. G. **A Reforma Agrária Brasileira na virada do milênio.** Campinas: ABRA, 1996.

\_\_\_\_\_. **O que é questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 2001. 4.reimpressão.

SILVA, L. I. **Carta ao povo brasileiro.** Disponível em: <<http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/memoria-e-historia/documentos-historicos/programas-de-governo-pt>>. Acesso em: 02 jun. 2013.